



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

**ATA Nº 14/2016**

----- Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos pessoais.-----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

**----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**----- APROVAÇÃO DE ATAS -----**

----- Foi colocada a discussão e votação a ata 13/2016 referente à reunião ordinária de 08 de julho. -----

---- Aprovada a ata nº 13/2016 por unanimidade dos presentes com direito a voto (5 votos a favor).-----

**----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----**

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro euros e trinta e quatro centimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e três mil, trezentos e dezasseis euros e setenta e um centimos. -----

**----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----**

----- CASA SENHORIAL – BALANÇO MÊS DE JUNHO;-----

----- CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – AGRADECIMENTO; -----

----- RELATÓRIO 2º TRIMESTRE – CINETEATRO E JUVENTUDE 2016;-----

----- LEI Nº 21/2016 – 19 DE JULHO – SALVAGUARDA DA REGULARIZAÇÃO DAS

EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS E OUTRAS, ALTERANDO O PRAZO ESTABELECIDO NO DECRETO-  
LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO;-----

----- **ALENTEJO – PORTUGAL 2020 – DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE  
FORMAÇÃO E ENSINO E DESPACHO Nº 39/2016, 19 DE JULHO.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo  
com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção sugerindo que no final do Período de Intervenção dos  
Membros do Executivo se fizesse um minuto de silêncio pela morte do trabalhador da  
Câmara Municipal de Rio Maior, Emídio Fialho Caetano, sugerindo que isso  
acontecesse sempre que surgem situações destas, sendo algo muito simples, mas  
que representa o reconhecimento público pelas funções que desempenhou.-----

----- Referiu que ultimamente a bandeira maior do País tem sido o desporto e  
informou que a CDU vai apresentar um Projeto de Resolução na Assembleia da  
República sobre esta matéria, pois a imagem de Rio Maior, enquanto “Capital do  
Desporto” tem de ser potenciada para todos os seus atletas e os campeões mundiais  
e olímpicos devem saber que o “Alto Rendimento” tem como centralidade maior o  
concelho de Rio Maior e devia haver do ponto de vista estratégico, a noção desta  
realidade, num concelho que se quer do desporto, sugerindo uma reflexão conjunta,  
de forma a que, do ponto de vista do marketing territorial, se homenageassem os  
atletas de forma direta, como representantes máximos da garra e da competência,  
pois “um Povo tão pequeno” com tanta energia e história, tem tanta ou mais  
capacidade como os outros quando lhes são dadas as mesmas condições,  
salientando que a delegação portuguesa para os Jogos olímpicos tem oito ribatejanos  
e a maioria deles são riomaiorenses.-----

----- Seguidamente questionou o que aconteceu com a bomba do depósito de água de  
Asseiceira e qual o ponto da situação.-----

----- Questionou o ponto da situação do IC2 na Asseiceira, nomeadamente se já há  
alguma questão proposta de alternativa rápida, pois considera que está a tornar-se  
muito complicado e devia merecer por parte do Instituto Infraestruturas de Portugal,  
uma maior e mais cuidada atenção, não só pela falta de segurança que está a criar  
dentro da freguesia, particularmente na Rua Principal, devido ao trânsito pesado, mas  
porque está-se a criar uma barreira física de afastamento dos transeuntes de Rio  
Maior. Aditou que ele próprio também sentia que para se deslocar a Rio Maior, tinha  
que fazer um percurso muito maior.-----

----- Disse também que a manter-se este ritmo não sabia quando é que o problema estaria resolvido, opinando que o Executivo tem de tomar medidas de exigência e rigor, relativamente a um problema que é "deles" sendo os riomaiorenses que estão a ser penalizados com o mesmo.-----

----- Questionou também qual o ponto da situação do pagamento por duodécimos às Freguesias, porque já tivera versões contraditórias sobre esta matéria e para poder responder, quando questionado, tinha de estar devidamente informado.-----

----- Opinou que vale a pena lutar por aquilo a que se tem direito e pelo que a Lei consagra e sobre as freguesias informou deu baixa para a Comissão da Especialidade os Projetos de Decreto-Lei para a reposição das freguesias e não para a recriação de freguesias, como já ouvira falar. Referiu ainda que no prazo de noventa dias a Comissão especializada vai ter que tomar decisões sobre esta matéria. Disse ainda estar confiante que os autarcas e as populações, quando confrontadas com a situação, se entenderem que este é um direito deles, farão com que os responsáveis políticos tomem a melhor decisão.-----

----- Informou ainda que, em função das cinco mil e quatrocentas assinaturas recolhidas, na passada 5ª feira foi colocado ao Plenário da Assembleia da República uma proposta para ser discutido o problema da Saúde na Lezíria do Tejo, incluindo a situação do concelho de Rio Maior e do Hospital de Santarém, referindo que foi com muito agrado que verificou que dos cinco pontos do projeto do PCP, três foram aprovados por unanimidade e dois por maioria, frisando que só ficarão descansados quando o concelho e o distrito tenham cuidados de saúde para cada utente, porque é isso que está na Constituição e esse é um direito de todos.-----

----- Congratulou-se com os assuntos que vieram para conhecimento, nomeadamente a candidatura apresentada para a realização da requalificação do complexo escolar de Asseiceira, que demonstram que a resiliência, a determinação e a vontade política ajudam muito, esperando que a obra corresponda aos interesses da população do concelho de Rio Maior. Disse que esta intervenção irá responder a uma questão que se coloca cada vez mais, ou seja que a freguesia de Asseiceira continua a ser a que mais cresce, para além de Rio Maior e gostaria de conhecer o projeto, em pormenor.--

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por se congratular com a apresentação do "Projeto Base" para a questão das perdas de água, considerando importante aproveitar esta oportunidade de candidatura ao Ciclo Urbano da Água. Aditou que, como este primeiro investimento de extrema importância rondará os seiscentos mil euros poderá contribuir para a sustentabilidade do setor, resolvendo assim problemas que se iam arrastando, sendo

de ressaltar a coragem que houve para proceder ao aumento da água e com essa receita obter algumas verbas para fazer investimentos que se mostravam inadiáveis. Disse também, que a partir do momento que a citada candidatura seja aceite, e os investimentos implementados, haverá condições de “recompensar” os riomaiorenses pelo esforço feito, solicitando que os serviços estudem essa possibilidade e que a mesma seja contemplada no orçamento de dois mil e dezassete, considerando haver forma de ter participação comunitária e que viabilizará esses investimentos. -----

----- Também se congratulou com a oportunidade para apresentação da candidatura para o Centro Educativo de Asseiceira que se insere no cumprimento da Carta Educativa, esperando que este investimento seja sustentável, equilibrado e que tenha em atenção não só a realidade existente, mas as perspetivas futuras, nomeadamente, se existe alguma relação com as populações vizinhas, como Vale de Óbidos, esperando que seja equacionada e analisadas as várias ligações entre estes aglomerados populacionais, pois existem estradas alcatroadas que poderão representar metade do percurso comparando com estradas nacionais, mas que ainda assim, precisam de ser melhorados em termos de segurança porque a deslocação para Rio Maior via Vale de Óbidos/Asseiceira, passando por Casais Quintinos, representa o mesmo percurso de Vale de Óbidos a Rio Maior, mas tratando-se de transporte de crianças e sabendo que os percursos são apertados e com arvoredo que pode criar deficientes condições de visibilidade, será necessário algum esforço para que o investimento naquela escola atinja os resultados esperados.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por se congratular pelo facto de Executivo ter conseguido levar a bom porto a requalificação da Escola EB1/JI de Asseiceira, opinando que esta requalificação vai melhorar a qualidade do ensino das crianças que já a frequentam, assim como poderá constituir também um polo de atração para aquelas crianças que diariamente acompanham os pais na sua deslocação para Rio Maior.-----

----- Referiu ainda, como foi dito pelo Vereador Augusto Figueiredo, que Asseiceira é uma freguesia que se tem revelado com uma taxa de natalidade das mais altas do concelho, pelo que haveria alunos suficientes para frequentar aquela escola, no entanto também terá de ser alterada a mentalidade dos encarregados de educação, pois hoje em dia os tempos e a vida das famílias é complicada, vive-se diariamente em correria, mas esta melhoria da escola de Asseiceira vai permitir que as crianças, em vez de acompanharem os pais para Rio Maior, fiquem na referida escola, constituindo assim um aumento substancial de crianças na mesma e apenas com a frequência de alunos que habitam naquela freguesia.-----

----- Disse ainda que, a mudança e as alterações dos horários vão permitir que os pais que trabalhem cumpram os seus horários laborais, mantendo-se descansados, pois as crianças terão assegurada a sua permanência na escola e com atividades diversificadas. Terminou a intervenção referindo que assegurar a alteração dos horários com a melhoria das condições e dos equipamentos de uma escola, decerto que a todos irá beneficiar.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por informar que está a decorrer a limpeza de bermas e valetas por todo o concelho. Também o equipamento da Câmara Municipal tem andado a fazer uma limpeza na Zona Industrial, em frente do Parque de Negócios, junto da EN 114, esperando-se que até meio do próximo mês todas as bermas e valetas do concelho fiquem limpas.-----

----- Também já começaram a ser feitos pequenos alcatroamentos em Abuxanas, assim como também irão ser feitos alcatroamentos em Caroleiras e em todas as freguesias do Concelho.-----

----- Sobre a questão das Águas referiu concordar com o Vereador Carlos Nazaré, afirmando que, para além da citada candidatura, a Câmara já fez dois Ajustes Diretos no âmbito do Ciclo Urbano da Água, um para resolver as questões do furo no Centro de Saúde, no valor de cerca de cento e cinquenta mil euros, assim como já foi feita a adjudicação relativa a toda telegestão/telemetria da parte Norte do concelho, desde a Fonte da Bica até aos Casais Monizes, assim como também se está a preparar uma outra empreitada para execução de caixas que serão fundamentais para que todo o processo possa ficar concluído. Também informou que o Executivo tem vindo a insistir com as Águas de Portugal para resolver algumas questões pendentes relativas a este setor. -----

----- Referiu ainda que, independentemente da aprovação da candidatura não podia ser esquecido que do Ciclo Urbano da Água 1, em overbooking, o município de Rio Maior pagou tudo e ainda não recebeu qualquer verba e relativamente a esta nova candidatura, independentemente da aprovação ou não da mesma, estas obras já estão adjudicadas e irão ser feitas.-----

----- Relativamente à requalificação da escola de Asseiceira disse que o projeto foi feito de acordo com o parecer positivo da DGEsTE, e o que está previsto está autorizado superiormente.-----

----- Terminou a intervenção recordando que no dia dezoito passado, foi dia de Nelson Mandela, político sul africano, grande defensor da igualdade e da liberdade e que, acima de tudo, fez com que o “Apartheid” na África do Sul tivesse tido o

desenvolvimento que teve e que marcou pela positiva, a nível mundial, o conceito de liberdade e de igualdade, destacando, das várias frases da sua autoria, uma que traduz muito bem aquilo que aconteceu em Rio Maior no dia 13 de Julho, quando ele dizia que “as pessoas reagem em consonância com o modo como lidamos com elas, se as tratamos com violência, elas responderão de um modo violento.”-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a usar da palavra para questionar o ponto da situação quanto à colocação de sinais de trânsito junto das “Villas Oito”, espelhos em Vale de Óbidos e sinal de Stop na Rua Capitão Castelo.-----

----- A propósito da referência ao 13 de julho solicitou que fosse retirado um carro abandonado que se encontra naquela artéria da cidade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente ao corte de trânsito no nó de Rio Maior do Itinerário Complementar 2, leu o teor do ofício a solicitar uma audiência ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, para abordar o problema e as possíveis soluções para o mesmo. (Anexo 1)-----

----- Sobre a questão das Freguesias solicitou ao Vereador Augusto Figueiredo que a informasse sobre as desconformidades que diz existirem, passando a informar que o que está por pagar e que pretende regularizar até dia vinte e nove do corrente mês, são cento e dezanove mil e cem euros, mas para que isso se concretize torna-se necessário que os Senhores Presidentes de Junta enviem os comprovativos de despesa para os serviços elaborarem os respetivos autos e assim se poder fazer as transferências correspondentes aos meses de junho e julho. Informou que, diariamente as Juntas de Freguesia são contactadas para enviarem os elementos em falta.-----

----- No que respeita á requalificação da escola de Asseiceira referiu que o processo tem o parecer positivo da DGEste e acredita que tudo está devidamente acautelado, superiormente, para que cumpra com os interesses de toda a comunidade escolar, considerando o local onde se encontra.-----

----- Disse ainda concordar com a intervenção do Vereador Carlos Nazaré, tanto mais que quando se fala do que se sabe, tem-se toda a legitimidade para sugerir e assim estar ao lado de quem tem de tomar decisões face ao futuro. Referiu ainda que, com o que já foi feito ao longo deste ano e com o que se espera que venha a ser aprovado, existe um conjunto de intervenções que têm de avançar, independentemente das candidaturas serem ou não aprovadas, algo que se vai refletir na faturação, no recebimento e por sua vez, naquela que é a maior fatia do orçamento municipal que é a questão das Águas e Saneamento.-----

----- Manifestou a sua total disponibilidade, em função do que foi feito e dos resultados que vierem a ser apresentados, para na preparação do Orçamento para dois mil e dezassete, se ponderar a possibilidade de reduzir tarifas e de se trabalhar no sentido de aliviar o munícipe/consumidor.-----

----- Seguidamente apresentou um Voto de Pesar, um pelo falecimento do trabalhador da Câmara Municipal de Rio Maior, Emídio Fialho Caetano. (Anexo 2) -----

----- Colocado a votação o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- Apresentou também um Voto de Pesar, um pelo falecimento do empresário riomaiorense José Luís Crisóstomo Ferreira. (Anexo 3) -----

----- Colocado a votação o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio em memória de Emídio Fialho Caetano e de José Luís Crisóstomo Ferreira.-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO Nº 38/2016, 12 DE JULHO – PELO QUAL FOI AUTORIZADO O LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NOS DIAS 22,23,24 E 25 DE JULHO NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 38/2016, de 12 de julho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual foi autorizado o lançamento do fogo-de-artifício em Alcobertas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO Nº 40/2016, 20 DE JULHO – PELO QUAL FOI DESIGNADA A TÉCNICA SUPERIOR, VERA LÚCIA GOMES MACHADO, NAS FALTAS E IMPEDIMENTOS DO CHEFE DE UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS, EQUIPAMENTOS, APOIO ÀS FREGUESIAS E PATRIMÓNIO CULTURAL COMO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NO ÂMBITO DOS TRABALHOS TÉCNICOS DO PROCESSO DE “REAValiação DOS PROCESSOS DE AGREGAÇÃO DOS SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 40/2016, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 20 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se designou **a Técnica Superior, Vera Lúcia Gomes Machado**, nas faltas e

impedimentos do Chefe de Unidade de Obras Públicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural, como representante do Município de Rio Maior no âmbito dos trabalhos técnicos do processo de "Reavaliação dos Processos de Agregação dos Sistemas Multimunicipais".-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre esta matéria referiu que não obstante toda a confiança que tinha e sempre teve nos Técnicos Municipais, opinou que o Executivo devia acompanhar todo o processo considerando a importância da estratégia a seguir no Setor das Águas e dado os investimentos previstos que poderão rondar um milhão de euros, um setor da máxima importância e com problemas por resolver.-----

----- Congratulou-se pelo facto de, finalmente, o Executivo, ter condições para começar a resolver estas questões, opinando que os funcionários que vão a essas reuniões em representação da Câmara Municipal de Rio Maior devem saber perfeitamente qual é a estratégia do município para esse setor, devendo haver uma ligação efetiva ao Vereador da área, por forma a que, esta delegação, não signifique uma diminuição de interesses ou responsabilidades, e os funcionários sejam advertidas e sensibilizadas para a importância que tem a sua participação nestas reuniões.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Relativamente a este assunto referiu tratar-se de uma primeira reunião técnica e disse que o Executivo irá acompanhar diretamente todo o processo e apresentar a estratégia para este setor.-----

----- Sobre a técnica designada para substituir o Engº. Ricardo informou que a mesma tem acompanhado os processo a decorrer entre o município, a ERSAR e Águas do Oeste, sendo a técnica mais habilitada para estar presente nesta primeira reunião técnica. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse ainda que a advertência que fizera, era no sentido de que, por vezes, estas entidades usam como estratégia envolver os técnicos para depois, politicamente resolverem outras questões, tendo como suporte os pareceres técnicos e ao “arrepio” dos interesses dos municípios. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Ainda sobre este assunto disse que via estas reuniões como um suporte para a decisão, pois enquanto eleitos e decisores terão as suas próprias reuniões.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – PROPOSTAS PARA DOAÇÃO DE LIVROS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 10/CB/UACVCH/2016, aceitar as doações de livros constantes da lista anexa à informação referida, para integrar o acervo da Biblioteca Municipal.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou que o Executivo devia estimular e valorizar estes pequenos gestos, pois recolher tudo o que é oferecido é um dever cívico que deve ser estimulado, sugerindo que fosse considerada a possibilidade de retribuir ao doador, um diploma ou um cartão de entrada na Biblioteca Municipal, algo de simbólico, para manifestar gratidão pela doação, de forma a que aqueles exemplos passem de pais para filhos. Indicou o sentido de voto como favorável, mas com a referência de que seja feita uma pequenina oferta simbólica a cada titular da doação.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria referiu que cada vez mais pessoas se têm dirigido à Biblioteca Municipal para saber os procedimentos necessários para efetuarem doações, sendo esta a terceira doação que o município recebeu este ano. Informou que, habitualmente, é sempre atribuído, a quem não o tem, um cartão de leitor, com uma referência.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO III – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº 1/2016/CCE – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ANOS LETIVOS 2016/2017 E 2017 /2018 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto, nos termos do artigo 258º conjugado com a alínea h) do n.º1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos, na sequência da celebração do Acordo Quadro, bem como, a respetiva despesa no valor de 621.961,50€-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto ressaltou que neste Caderno de Encargos já constava a possibilidade da Comunidade poder usufruir dos refeitórios das escolas, ou seja até ao momento o Corpo Docente e não Docente que frequentava os refeitórios pagava diretamente à empresa, a partir de agora, passa a ter o mesmo procedimento que o dos alunos e ainda permitirá aos Encarregados de Educação, quando assim o entenderem, poderem almoçar e assim acompanhar a refeição dos seus filhos. -----

----- Sobre a dieta mediterrânica informou que se realizaram diversas reuniões sobre

esta matéria, dado a criação de um grupo de trabalho com alguns municípios da Lezíria do Tejo e onde Rio Maior participou, resultando das mesmas a constituição de seis ementas para integrarem a referida dieta e que vão ser propostas à empresa, o que também se pretende implementar no decorrer deste ano.-----

----- **VEREADORA AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a esta matéria disse que iria continuar a manifestar uma visão diferente sobre a forma de conseguir resolver este problema, apesar desta proposta apresentar alguns pormenores de importância, nomeadamente a abertura das cantinas escolares à Comunidade e a aproximação a uma dieta de qualidade, no entanto iria abster-se, como sempre fez, porque há alternativas e que já estão a ser implementadas no Distrito. -----

----- Opinou ser possível responder a este setor da alimentação com parte significativa dos recursos da economia local e deu o exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Salientou a importância de potenciar o desenvolvimento local, mesmo que, relativamente ao preço escala apresentado, este seja praticamente imbatível, mas considerava o desenvolvimento local muito mais do que isso, deixando assim a chamada de atenção para se estudarem outras alternativas, começando, por exemplo, com projetos piloto para fornecer um pequeno número de refeições, porque a economia local do concelho de Rio Maior precisa de criação de emprego e de potenciar a agricultura familiar, sendo este um vetor que faz parte do Plano Estratégico do concelho e que poderia ser um elemento estruturante da atividade económica do concelho. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que não estava de acordo com este procedimento, apesar de, do ponto de vista legal, cumprir todas as formalidades, mas que do ponto de vista funcional apenas serve os interesses de meia dúzia de empresas, organizadas em cartel, sem funcionários, adjudicando os seus serviços a empresas fornecedoras de mão-de-obra, havendo pessoas responsáveis pelas refeições das crianças que não são funcionários das empresas prestadoras dos serviços, tratando-se de um esquema montado de exploração. Opinou que deve ser defendido de uma forma global a qualidade da alimentação e também as condições de trabalho e de respeito pelas pessoas.-----

----- Acrescentou que, no entanto, queria enaltecer algumas das alterações significativas apresentadas, nomeadamente que funcionários e professores tenham acesso aos refeitórios e que paguem o custo da refeição e não o custo que o Ministério da Educação pretendia, ou seja quatro euros e vinte cêntimos por uma refeição que valia um euro e sessenta cêntimos, o que retirava dos refeitórios aqueles que devem acompanhar os alunos e que tem capacidade crítica para analisar a

qualidade das refeições. -----

----- Congratulou-se também com a possibilidade dos pais e encarregados de Educação terem a possibilidade de testarem aquilo que os filhos comem, o que é de extrema importância, referindo que esta alteração do Caderno de Encargos dá razão ao que sempre defendeu, ou seja a autarquia tem que se livrar destes concursos internacionais que dão cobertura a algumas empresas e a partir do momento em que se tenha os encarregados de educação, os professores e os funcionários ao lado das crianças, partilhando as mesmas refeições, verificando diariamente a qualidade e a quantidade do que é servido, essas empresas não terão condições de continuar e a verdade virá ao de cima, até lá, não pelos procedimentos, mas pelo sistema, disse que continuaria a votar contra.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

**----- PONTO IV – RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DE EXPLORAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS, EM RIO MAIOR, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A. - PROCESSO Nº 2/2016-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e pareceres emitidos, aprovar a renovação da licença de exploração em conformidade com o D.L. n.º 267/2002, de 26/11, na sua atual redação, deve a requerente solicitar a vistoria final no prazo de 30 dias conforme o disposto no artigo 12º do citado diploma.--

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO V – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA EM ANTEPORTA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE EMÍLIA CONCEIÇÃO ALVES BERNARDES – PROCESSO Nº 53/2016 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO VI – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM ALCOBERTAS, FREGUESIA DE**

**ALCOBERTAS, EM NOME DE ANA MARIA DUARTE BELO – PROCESSO Nº 106/2016 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Cabeço da Lua, na freguesia de Alcobertas, concelho de Rio Maior, inscrito na matriz rústica sob o artigo 33 da Secção BA-B10, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de setembro.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO VII – CERTIFICAR DIREITO DE PREFERÊNCIA EM SALINAS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO E GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOC. DE SOLICITADORES, R.L. - PROCESSO Nº 107/2016 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, certificar que para o prédio rústico, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 31º da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO VIII – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM ABUM, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 109/2016-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, certificar que a estrada que atravessa e divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 5 da secção AZ, sito no lugar, freguesia e concelho de Rio Maior, tem como topónimo atribuído Rua da Paz, é do conhecimento e domínio público. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

**----- PONTO IX – APROVAÇÃO DE PROTOCOLO – SIBELCO PORTUGUESA, LDA.-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e leu a proposta de deliberação.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Sobre esta matéria intervieram os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo e João António Lopes Cadoso, resultando destas intervenções a proposta final de deliberação, que a Senhora Presidente passou a ler:-----

----- A Câmara Municipal deliberou aprovar a minuta do Protocolo a celebrar com a empresa Sibelco Portuguesa, Lda., relativo à construção em duas fases do novo traçado da Estrada de Ligação da EN114 à EM583 Azinheira, aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 12.02.2016. Mais deliberou, solicitar à CCDDR-LVT e/ou outras entidades os pareceres necessários para a sua implementação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – MINUTA DE CONTRATO DE DOAÇÃO – LUSICAL – DONATIVOS EM ESPÉCIE-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é revogar a deliberação tomada em 13.05.2016 e nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 33º do Anexo I À Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aceitar os donativos em espécie da Empresa Lusical – Companhia Lusitana de Cal, S.A., bem como aprovar a respetiva minuta do contrato.--

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO XI – SIADAP 1 – RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO ANO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a Câmara Municipal ao abrigo da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 12º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4/9, ratificar as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do executivo às unidades orgânicas diretamente dependentes dos mesmos no ano de 2015, nos seguintes termos:-----

Unidade Orgânica	AVALIAÇÃO
UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS	DESEMPENHO BOM
UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO	DESEMPENHO BOM
UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS, ESPAÇO PÚBLICO, EQUIPAMENTOS E APOIO ÀS FREGUESIAS	DESEMPENHO BOM

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE JULHO DE 2016**

<b>UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>DESEMPENHO BOM</b>
<b>UNIDADE DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, CULTURA, DESPORTO, TURISMO E JUVENTUDE</b>	<b>N/A</b>
<b>GABINETE DE CONTENCIOSO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>DESEMPENHO BOM</b>

----- Publique-se em cumprimento do determinado no artigo 26º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, conjugado com o disposto na alínea i) do artigo 5º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO-----**

----- Sobre a Avaliação das Unidades Orgânicas deixou uma palavra de apreço aos Chefes de Unidade e a todos os funcionários que fazem parte das mesmas pelo nível de qualificação que conseguiram atingir, referindo que foram cumpridos os objetivos traçados de eficácia, de eficiência e de qualidade, definidos pela Câmara Municipal em junho de dois mil e catorze, salientando que foi todo o empenho e dedicação dos funcionários que permitiu que os objetivos traçados tivessem sido atingidos. -----

**----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA-----**

----- Sobre esta matéria disse que o SIADAP é um sistema de avaliação com virtudes e os defeitos, um sistema que considerou complicado, burocrático e que muitas vezes penaliza os avaliados, na medida em que estabelece cotas e, em simultâneo, pela forma como foi concebido, se impunha também por limitar a afirmação do mérito, para que, do ponto de vista da gestão pública dos recursos e dos custos dos mesmos, também houvesse algumas limitações. Felicitou todas os serviços avaliados, salientando o reconhecimento unânime do Executivo pelo empenho, dedicação e pela competência de todas as pessoas, sendo isso o mais importante, dado que estes sistemas são burocráticos e complicados.-----

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO-----**

----- Sobre este ponto opinou que o SIADAP é um instrumento mais de obstrução do que de construção, pois tinha como objetivo dificultar o acesso ao topo da carreira, pois as promoções estão contidas há mais de doze anos, criando-se mais um negócio, com as formações necessárias para dotar os técnicos de competências para atingir este objetivo. A CDU considera que o sistema de avaliação dos organismos e das pessoas deve ser feito com as pessoas e para as pessoas, e por vezes o que acontece é que, quer os critérios, quer os instrumentos de avaliação que são colocados visam posicionar todos ao mesmo nível, sendo mesmo um elemento desmotivador do próprio trabalhador, pois o caráter subjetivo da avaliação é muito

grande. -----

----- Disse ainda que do conhecimento que tinha, considerava haver Unidades Orgânicas de excelência e outras havia que, face à territorialidade da sua intervenção, não tinha opinião sobre elas, referindo que quem tem maior responsabilidade sobre esta decisão são aqueles que desempenham funções a tempo inteiro e têm funções executivas práticas.-----

----- Opinou que o Executivo devia ponderar a possibilidade de avaliar algumas unidades com desempenho excelente, até como elemento mobilizador das vontades e da gestão de algumas unidades, pois se forem todos bons não vale a pena haver avaliação, daí considerar que a avaliação que lhe é proposta é a ratificação, pelo que iria votar a favor na base da confiança e da boa-fé de quem com eles trabalha.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente a proposta porque efetivamente tenho, dos funcionários e serviços da Câmara Municipal de Rio Maior, uma ideia de competência, dedicação e empenho.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor da proposta da Câmara Municipal para ratificar as avaliações de desempenho, partindo do princípio de que a maior responsabilidade é dos membros do Executivo com responsabilidade executiva e que não é o meu caso, mas fazendo boa-fé na proposta, votei a favor.”-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO ESPAÇO 2R, EM BARREIRO – CHAINÇA – FREGUESIA DE RIO MAIOR, REQUERIDO POR ÓSCAR JOSÉ SOUSA MOURA – PROCESSO Nº 7/2000** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a alteração à operação de loteamento, de acordo com o proposto no parecer emitido. A alteração em causa recai unicamente sob a alteração ao polígono de implantação do lote nº 47, não implicando qualquer alteração às condições anteriormente previstas, nomeadamente à estrutura do loteamento, áreas de construção e de implantação, infraestruturas, regulamento de ocupação dos lotes e demais condições do alvará, enquadrando-se a mesma no número 8 do artigo 27.º do RJUE. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DE ANTÓNIO CRISTINA RODRIGUES, UNIPESSOAL, LDA., EM FONTE LAGOA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, REQUERIDO POR CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO DO RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL, CRL – PROCESSO 13/2004** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a alteração à operação de loteamento, de acordo com o proposto no parecer em epígrafe. A alteração em causa limita-se a proceder a ajustamentos nos polígonos de implantação dos lotes 10, 16 e 17, necessária para permitir a regularização das obras de edificação que aí se encontram realizadas, não implicando a alteração na estrutura do loteamento, nem a variação do número de lotes, nem de áreas, nem modificação ao regulamento, enquadrando-se a mesma no número 8 do artigo 27.º do RJUE. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DE MARIA VIRGÍNIA CANTANTE MOTA FERNANDES PINTO, EM ASSENTIZ – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ – PROCESSO Nº 266/1985 – MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, aprovar a alteração ao loteamento que consiste na supressão dos lotes nºs 22 e 23 e criação do lote nº 30 para viabilizar a regularização das obras de edificação da garagem, arrecadação e Muro de Vedação em nome de Fernando M. Figueiredo Tinta. Mais deliberou notificar os interessados no sentido de atualizarem o registo predial e submeter à C.M., com a maior brevidade possível, o pedido de legalização do muro, garagem e arrecadação. Deliberou ainda dar conhecimento ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria da deliberação (Ministério Público – Unidade de Apoio – Pr.ºPA 50/09).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Disse que este ponto representa mais um avanço na resolução deste processo, conseguindo-se encontrar uma solução, pelo que se congratulava, pois na sua opinião isso significava a necessidade destes processos, com todas as dificuldades inerentes, não demorarem tantos anos a serem resolvidos.-----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE JULHO DE 2016**

Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Não houve inscrições para intervenção.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

---

A PRESIDENTE DA CÂMARA:\_\_\_\_\_

A COORDENADORA TÉCNICA:\_\_\_\_\_